

Barragens Governo quer Portugal a produzir mais 2200 megawatts de energia hídrica até 2020. Há muitos interessados nas concessões das centrais, mas os novos investimentos só arrancam depois do 'sim' ao Baixo Sabor

EXPRESSO
28/07/2007

EDP e Galp dividem águas

Investimentos totalizam 3,4 mil milhões

CHRISTIANA MARTINS
VÍTOR ANDRADE
JAIME FIGUEIREDO
SOFIA MIGUEL ROSA

Até 2020, o Governo quer 7000 megawatts (MW) de energia hídrica produzidos em Portugal. São mais 2200 MW para lá da capacidade actual da capacidade actual. Por isso, o Ministério da Economia entregou um estudo sobre o potencial do país. A análise está concluída e promete águas do sector energético. O estudo é encontrar as melhores locais para as novas barragens que serão construídas. Foram analisados 28 locais, mas apenas três de-terminaram por aqui: há duas semanas o Conselho de Ministros reconheceu os pontos históricos da EDP sobre o aproveitamento hídrico do Alqueva, que será repartido com a Galp. E a última-se a autorização à bacia do Baixo Sabor (ver caixa).

Manuel Pinho terá entre mãos, mais um dossiê complexo para a EDP já disse que quer "pelo menos 1094 MW até 2015, dos que serão atribuídos. Mas a Galp sabe que é a única oportunidade para a sério na produção de energia. Porque a EDP é, como praticamente monopolista da produção eléctrica, a detentora das licenças para explorar os 4200 MW disponíveis no país.

Se forem adoptadas regras restritivas, a aquisição de novas capacidades de produção por parte do produtor incumbente, a posição

da empresa liderada por António Mexia será reforçada. As dúvidas crescem quanto à opção de Manuel Pinho porque o exemplo do concurso de atribuição de potência eólica não terá sido encorajador para a petrolífera. Foram necessários dois anos para chegar à fase final do concurso eólico e a Galp não conseguiu cumprir as suas expectativas ao ficar apenas com 400 MW, dos 1800 MW em concorrência. E para culminar os receios, a negociação recente entre a EDP e o Ministério da Economia para acabar com os contratos de aquisição de energia — que determinavam a venda garantida a longo prazo, para o sistema regulado, da energia produzida pelas centrais — permitiu à EDP estender por mais 27 anos as concessões das suas barragens.

REFORÇAR A LIDERANÇA

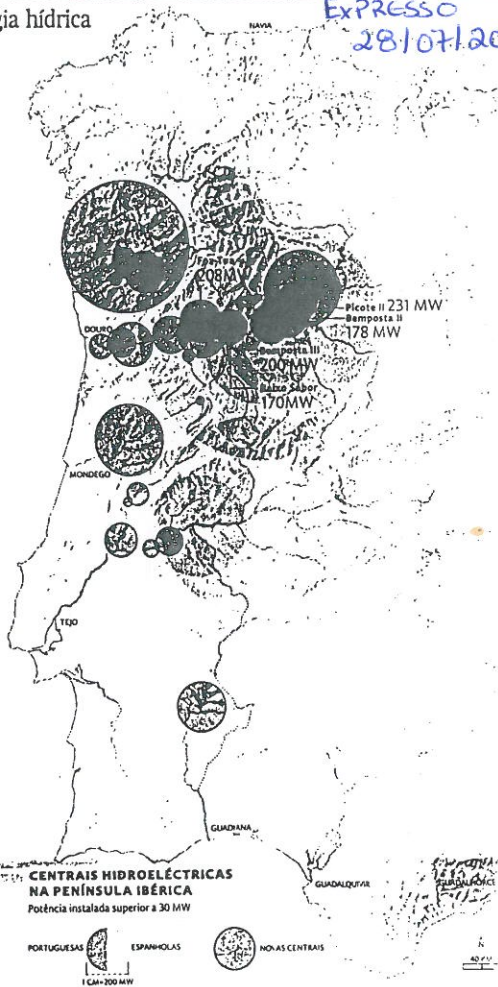
1,2 mil milhões de euros é o montante do investimento previsto pela EDP para o segmento hídrico. A empresa assume que quer mais de 1000 MW do que o Governo atribuir. A maior parte das barragens será construída na bacia do Douro, onde Portugal ainda só aproveita 9% do potencial do rio, enquanto Espanha já explora mais de 95%. A EDP vai começar a construir o primeiro reforço de Bemposta e ainda não anunciou, mas já estuda, o segundo reforço, que ficará conhecido como Bemposta III. Certa é a construção da barragem de Foz Tua

O presidente-executivo da Galp não deixa margens para dúvidas: está interessado nas novas centrais, mas espera que as concessões vão a concurso e com regras claras. Outro argumento que terá de ser decidido pelo Governo é se entrega a operadores não portugueses a concessão das novas barragens e a espanhola Iberdrola deverá ser um dos interessados. O prazo das concessões não é, em geral, inferior a 50 anos e, embora, na União Europeia, não seja possível discriminar a origem dos investimentos, são relações de tão longo prazo que o investidor nacional acaba privilegiado. "Em outros países há estrangeiros a gerir centrais nucleares, porque não hídricas?", questiona um operador do mercado.

Essenciais para o sistema eléctrico, as centrais hídricas são o mais importante recurso quando em causa está a possibilidade de reter energia disponível. As novas barragens colocarão a energia produzida em regime de venda liberalizada, ou seja, com preços fixados pela regra da oferta e da procura e não pelo regulador sectorial, como acontece com as actuais. Assim, será através destas barragens que o mercado nacional delinear a sua competitividade futura.

A EDP não cede espaço e, enquanto aguarda a decisão de Bruxelas sobre a barragem do Baixo Sabor, avança com estudos para novas barragens. Dois nomes já se destacam: Foz Tua e o terceiro reforço da Bemposta.

A maior parte dos novos investimentos será feita na bacia do Douro. Portugal aproveita apenas 9% das reservas de água do Douro, enquanto Espanha chega aos 95%. Caso o Sabor se concretize, a exploração aumenta para 45%. Mas, antes, avançam Bemposta II, Picote II. Garantido o Sabor, a EDP poderá apresentar os novos planos para o segmento



CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS NA PENÍNSULA IBÉRICA
Potência instalada superior a 30 MW

hídrico e a nova bacia a explorar deverá ser a do Tâmega. Já começaram as conversas com eventuais parceiros, desde que a EDP fique com a maioria do capital e a gestão das barragens.

Hídricas diminuem factura petrolífera em 546 milhões/ano

O aproveitamento do potencial hídrico não explorado em Portugal pode gerar investimentos da ordem dos 3,4 mil milhões de euros. Destes, mais de 1,2 mil milhões de euros serão aplicados pela EDP, contando já com projectos ainda não aprovados como a barragem do Baixo Sabor, na bacia do Douro, ou a ampliação da potência instalada em Alqueva.

A estimativa dos investimentos globais esperados para o país é de Eira Leitão, secretário-geral do Conselho Nacional da Água e presidente da Hydroerg. As contas feitas por este especialista em questões hídricas indicam ainda que a construção das barragens de que o país

precisa irão gerar, de forma directa e indirecta, 10.350 empregos. Mas os benefícios não se ficam por aqui. A energia produzida pelas novas barragens diminuiria a importação de 12 milhões de barris de petróleo em cada ano, o que se traduziria na redução da factura petrolífera portuguesa em 546 milhões de euros anuais.

Os ganhos ambientais originados por aquele conjunto de investimentos, pela via da redução de emissões de CO₂, são estimados por Eira Leitão em 104 milhões de euros, tendo por base de cálculo o custo de 20 euros por tonelada de CO₂.

O responsável do Conselho Nacional da Água diz que "esta é uma das melhores notícias que país poderia receber. Espera que a distância entre a decisão política e os procedimentos práticos seja tão curta quanto possível e reconhece que estamos perante uma fonte de energia renovável, não podendo, por isso, ser menosprezada.

Bacia hidrográfica do Douro

